

# Entrevista com Armando Castro

**Esta entrevista com o Prof. Armando Castro pretende ser um contributo para o estudo do processo de desenvolvimento das Ciências Sociais em Portugal nas últimas décadas, através do testemunho de um dos seus mais destacados agentes.**

**Ao mesmo tempo, ela constitui um significativo momento de reflexão do entrevistado sobre algumas das suas contribuições científicas mais importantes, sobre os condicionamentos que envolveram o seu trabalho e, finalmente, sobre alguns temas da actualidade. A entrevista foi conduzida por António Mendonça, Carlos Bastien e Elivan Ribeiro e realizou-se no Porto em 5 de Dezembro de 1987.**

*P: Como avalia o impacto das ideias marxistas na intelectualidade portuguesa, em particular na academia coimbrã, no final dos anos 30 e no período da guerra, quando iniciou a sua intervenção pública? Teve o Partido Comunista Português papel significativo no desenvolvimento dessas ideias?*

**R:** Para responder começaria por recordar o testemunho pessoal, buscando nos escaninhos da memória a verdade sobre o que se passou e aquilo de que fui testemunha. Fui para Coimbra em Outubro de 1936, com dezoito ou dezanove anos de idade. Antes disso não tinha quaisquer contactos, apenas na biblioteca de meu pai tinha encontrado o livro de Lenine *O Estado e a Revolução*, uma edição anterior ao 28 de Maio de 1926, que depois deixou de aparecer e que me impressionou fortemente. Mas isso sem quaisquer esclarecimentos. Tive a sorte de cair num meio em que havia um conjunto de estudantes relativamente esclarecidos. Lembro-me de José Martins falecido há muitos anos, que era estudante de Filósoficas na Faculdade de Letras e que teve uma vida amargurada de problemas. Foi ele o meu primeiro contacto político. Ao mesmo tempo existia um pequeno núcleo de pessoas interessadas (o Joaquim Namorado e poucos mais) em lançar a partir de uma clara perspectiva marxista, uma posição concreta de construção estética. Já havia antes certas manifestações desta tendência, sobretudo por influência de autores brasileiros como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Amândio Fontes e outros. Ela desenvolveu-se com uma crescente consciencialização da filosofia marxista-leninista, mas o número de elementos que se debruçava concretamente sobre isto era muito pequeno.

Existia ainda um ou outro moço que procurava alargar as suas bases de compreensão do marxismo. Através deste contacto, digamos assim, de base política, eu sofria influência, com certeza, do PCP, embora «já fizesse parte deste partido sem o saber»...

Esse moço era extremamente cauteloso nas suas medidas de defesa contra ataques policiais, de maneira que apenas dizia: agora vamos fazer isto, agora vamos fazer aquilo.

Vim a saber mais tarde que era uma orientação do PCP, quer no movimento estudantil quer na frente da luta intelectual no seu sentido mais genérico, abrangendo sobretudo, nessa época, como disse, o trabalho estético, fundamentalmente na Literatura, na Poesia, na Prosa. Fui condiscípulo de curso, por exemplo, do Álvaro Feijó, que morreu quando eu estava no meu 2.º ano, e também doutro moço, Políbio Gomes dos Santos, que foi um poeta da primeira fase da tendência neo-realista, mas que não tinha qualquer consciência política. Já com outros não sucedia o mesmo. Fui contemporâneo de Fernando Namora, por exemplo, embora ele fosse de outra faculdade, a de Medicina, e lembro-me de que, nessa época, o mais que conseguimos fazer foi um certo número de reuniões: cada um fazia uma intervenção, sob um dado tema, que depois era criticada. Essas sessões realizavam-se em casa da avó do João José Cochofel, uma senhora de uma família conservadora, e lembro-me que houve conferências do Fernando Namora e doutros; eu fiz uma (foi-me sugerido o tema) sobre «o problema político da frente popular», ouvida entre cortinados pela avó do Cochofel e, possivelmente, pelo José Alberto dos Reis, então presidente da Assembleia Nacional. Ora, um ou outro desse conjunto de moços (mas um conjunto bastante limitado, se fossem uma dúzia ou duas seria muito) começou a voltar-se para o estudo das bases teórico-filosóficas do marxismo. Lembro-me de um, Mário Ramos, aluno de Matemáticas. Conto num livro sobre História do Pensamento Marxista em Portugal a ingenuidade dessa aprendizagem. Era tudo um autodidactismo integral, com todas as suas limitações e os seus entusiasmos. Era uma época em que a repressão era extremamente violenta. Recordo que estávamos no começo da Guerra Civil de Espanha e o nazismo expandia-se. Era a época do *Anschluss* (da ocupação da Áustria), do recuo progressivo das chamadas potências democráticas-ocidentais, para dar mãos livres ao nazismo para atacar a União Soviética e, portanto, era difícil aparecer um livro de Marx ou um livro marxista. Quando aparecia um, na livraria da baixa de Coimbra, «ia tudo a correr»: Chegaram dois exemplares da *Miséria da*

*Filosofia* e fomos todos a correr; «Já não há nada!». Era extremamente frustrante. Foi nessa base que nós fizemos a aprendizagem.

Por outro lado, existiam nesta época duas revistas em Lisboa, *O Diabo* e *O Sol Nascente*, no Porto, que tinha sido criada em 38 ou 39, e havia um órgão do velho Partido Socialista no Porto, *O Pensamento*, que estava morto mas que nós conseguimos despertar e mobilizar. Foi exactamente nessa época que se começou a falar na dialéctica, através de artigos, muitas vezes com pseudónimos. Eu também escrevi com muitos pseudónimos, tenho até de fazer um esforço de memória para me lembrar de alguns deles. Estávamos na adolescência teórica, mas provocávamos um certo impacto. Basta recordar o número de leitores de jornais como *O Diabo*. Podia ser um círculo de intelectuais limitado, mas teve um papel, julgo, importante. Lembro-me até que uma vez Marcelo Caetano fez uma referência à dialéctica...

Os problemas económicos tinham um tratamento quase nulo nessa época. Havia fundamentalmente uma teorização da estética, na sua aplicação concreta ao romance e à poesia; havia um ou outro que enveredava por um esforço de compreensão da filosofia dialéctica, mas nada em relação à economia. Lembro-me que esse colega e camarada, de que falei há pouco, foi ter comigo e disse: «a verdade é que não se sabe nada sobre economia portuguesa e era preciso que começasse a haver estudos sobre os nossos problemas económicos».

Eu estava a zero acerca destas questões e pensei: «tenho de escrever alguma coisa acerca dos problemas económicos portugueses». Estava então na berra o problema da electrificação, de maneira que fiz um artigo, com pseudónimo — publicado, salvo erro, na revista *Pensamento*, em 39 ou 40 — sobre o problema da electrificação do País. Como eu não tinha quaisquer tendências para a actividade artística e, por outro lado, por compreensão política desse chamamento para o estudo dos problemas económicos, comecei a voltar-me para a sua análise.

Estávamos numa época (refiro-me aos fins dos anos 30 e começo dos anos 40) de um zero no domínio dos estudos económicos.

Em 48 surge a *Revista de Economia*. Já havia uma ou outra que, isoladamente, reflectia e procurava estudar os problemas à luz de uma interpretação marxista e foi com essa bagagem, construída através de um autodi-dactismo puro, que eu colaborei na revista. Um ou outro colaborador seria portador, também, de concepções dessa base, mas minoritários dentro da revista. Isto era o panorama entre os finais dos anos 30 e o início da Segunda Guerra Mundial.

**P:** Quando tomou contacto com *O Capital* de Marx?

**R:** Li *O Capital* integralmente nos anos 40, embora numa edição cheia de gralhas, a edição Costes. Só mais tarde é que obtive a edição das Editions Sociales; fiz então uma releitura. Li a *Contribuição para a Crítica da Economia Política* no fim dos anos 30, etc.

**P:** Depreende-se das suas palavras que haveria, relativamente à sua adesão ou à sua entrada para o PCP, uma data real e uma data formal. Poderia precisar?

**R:** Através da actividade prática e da aceitação da orientação do PCP, isso acontecia praticamente desde 1938; agora, que já estava no Partido, só mais tarde é que soube, porque o Zé Martins era extremamente cuidadoso com as coisas conspirativas e entendia que não se devia falar muito no Partido.

**P:** O seu interesse pelos estudos económicos correspondia a uma opção puramente individual ou a uma necessidade sentida por esse grupo de intelectuais?

**R:** O meu caso é bastante excepcional. Por esses assuntos, propriamente do sector intelectual, digamos, legal, não haveria mais ninguém interessado. Havia um outro membro do Partido Comunista. Um homem notável nesse aspecto foi o Júlio Fogaça. Estudou e reuniu elementos sobre o problema de empresas tipo monopolista, problema complicado ao nível português, tal como ao nível internacional autenticamente monopolista. Havia, pois, estudos de certos problemas económicos, por um ou outro quadro especial do Partido Comunista que estava na ilegalidade, mas intelectuais, estudantes ou pós-universitários, haveria muito poucos. Aparece um ou outro que com certeza tinha uma certa formação, como julgo ser o caso do Alarcão, que aliás o Carlos Bastien refere num dos seus estudos, mas que não explicitaram as bases teóricas da sua opção. Isto não

tem nada de criticável. O que interessava nesta época era o estudo dos problemas sociais, concretos e imediatos embora numa perspectiva teórica marxista.

*P: Pode-se depreender das suas palavras que para explicar os problemas sociais que o preocupavam, que inclusive tinham sido motivados através da literatura, sentia a necessidade de uma teoria económica?*

**R:** Exactamente. Primeiro foram os problemas concretos que afectavam o País, depois o despertar do interesse pela problemática teórica e também, porque não dizer, pelas bases filosóficas.

Lembro-me de um artigo de crítica à filosofia pragmatista que publiquei sob pseudónimo, em 1940, no *Diabo*, de um outro na revista *Síntese*, de Coimbra, também sobre problemas filosóficos. Interessavam-me problemas filosóficos mas, sob o ponto de vista disciplinar, o que me interessava fundamentalmente era a economia.

*P: Qual era a importância dos estudos de economia quando frequentou a Faculdade de Direito?*

**R:** Julgo pouco relevante a influência desses estudos. Davam-me umas noções muito gerais, numa cadeira do 2.º ano. Depois outras noções numa cadeira de Finanças. Finalmente, voltávamos ao assunto num curso complementar de Político-Económicas. Por outro lado, a cadeira que eu aí tive de Economia referia-se à escola de Walras ou escola matemática, numa perspectiva que não era certamente aquela que eu viria a adoptar posteriormente. Desta forma, julgo que, embora não tivesse sido inútil ter um contacto com um certo ângulo de visão económica, não foi isso que fundamentalmente me motivou. Mas talvez tivesse contribuído para a adopção de uma posição crítica.

*P: Do ponto de vista cronológico, as primeiras manifestações de um pensamento económico marxista surgem com atraso relativamente a idênticas manifestações no campo filosófico, epistemológico, estético. Como interpreta esse atraso?*

**R:** Julgo que isso resulta de um conjunto de circunstâncias. Por exemplo, no que diz respeito propriamente à epistemologia só conheço um autor que se tenha debruçado sobre isso, foi o falecido Egídio Namorado. Sobre a estética, nomeadamente a estética neo-realista, os trabalhos são muito mais abundantes. Sobre economia, talvez a necessidade de enquadrar um estudo teórico ou disciplinar num quadro filosófico geral e numa leitura global do mundo, tornasse mais difícil o aparecimento de trabalhos nessa fase inicial de auto-aprendizagem. Julgo que hoje não é fácil compreendermos as dificuldades. Cada época histórica tem as suas facilidades e as suas dificuldades. Naquele tempo não tínhamos, por exemplo, uma guerra colonial, mas tínhamos as dificuldades de uma repressão fascista bastante aguda e que se acentuou quando começou a Guerra Civil de Espanha, com a constituição da Legião Portuguesa, da Mocidade, dos comícios anticomunistas (o anticomunismo estava na berra). Devo dizer que nos últimos anos de fascismo já não era nada que se assemelhasse ao que se passava antes, no que diz respeito à repressão, por vias intelectuais, de livros, revistas, etc.

Tudo isto criava dificuldades excepcionais para aparecerem estudiosos sistemáticos, ou pelo menos com preocupações centradas nas ciências sociais, nomeadamente na Economia. Mesmo nas outras ciências sociais, onde aparentemente até seria mais fácil penetrar, o panorama era de um quase zero. Na História, neste período, não havia praticamente nada, apenas um ou outro autor assumia uma orientação considerada extremamente heterodoxa, por exemplo, a prosseguida pelos *Annales* que, como sabemos, não era uma orientação marxista. Para estudos de cunho marxista temos de esperar pelos trabalhos de Álvaro Cunhal, Borges Coelho e da minha própria contribuição.

*P: Citou a Revista de Economia. Até que ponto esta publicação terá desempenhado um papel relevante na passagem do que eram, inicialmente, esforços avulsos e isolados de intervenção no campo da economia, à luz do marxismo, para uma definição mais consistente, ou para um esboço de trabalho colectivo?*

**R:** Para uma análise dos problemas económicos tanto concretos como teóricos julgo que foi relevante o papel da revista. Quanto a uma afirmação marxista julgo que não foi tanto porque a colaboração de tipo marxista diluía-se, era tolerada pela redacção e pela administração da revista mas não era a orientação quer da administração globalmente, quer de muitos dos seus colaboradores. Portanto, foi um esforço que valeu a pena, mas não se pode dizer que fosse uma afirmação da teoria económico-marxista no nosso meio. Aparecem outras tentativas desgarradas, como a revista *Pensamento* do Porto, em 40, onde foram publicadas traduções de extractos do resumo do *Capital* de Marx sob o título de *Ciência Económica*, de Eugénio Bastos Freire; aparece uma ou outra referência a problemas económicos, mormente no *Diabo*, mas quanto a exposições teóricas sistemáticas delimitadas das categorias económicas, das leis económicas, não havia nada.

**P:** *Pode referir as influências que sofreu de autores estrangeiros, na sua formação teórica?*

**R:** De uma maneira geral, pode-se dizer que o esforço que se fazia, no campo do marxismo, era sobretudo o de ler os clássicos, Marx, Engels, Lenine. Mas tudo era recebido sofregamente. Tanto fazia que fosse Bukárine como Rosa Luxemburgo ou K. Kautsky.

Quanto a influências de ensaístas (não eram nem teóricos nem estudiosos de economia aplicada, mas ensaístas de problemas sociais e filosóficos) houve dois que tiveram, talvez, maior influência nesta minha geração da segunda metade dos anos 30: George Friedman, com *La Crise du progrès* e Henri Lefebvre, com *La Conscience mystifiée*. Pessoalmente viria ainda a aproveitar-me de estudos dos ingleses J. Bernal, I. Jackson, D. Guest, M. Cornforth, C. Cawdell... Passagens de textos destes autores eram por vezes aproveitadas no *Pensamento*, no *Diabo* e no *Sol Nascente* e pouco mais encontramos. Registou-se ainda uma influência via literária, não só de autores brasileiros já referidos mas também e fundamentalmente, de Máximo Gorki. Havia uma pequena edição da livraria Civilização do Porto, de *A Mãe*. Era um livro pequeno, ainda não um livro de bolso, que teve uma grande influência.

O camarada que citei (que contactei em 1936 nos meus primeiros anos em Coimbra, pela mão do qual dei os meus primeiros passos políticos), quando sabia que numa livraria havia dois ou três exemplares de *A Mãe* ia comprá-los, porque era aquilo que dava às pessoas para a sua formação, para despertar a sua consciência política.

**P:** *Ainda a respeito das influências bibliográficas, nomeadamente no que respeita a economistas, há uma produção relativamente importante na Europa Ocidental no período que antecede a Guerra.*

*Estou-me a lembrar do Capital Financeiro, de Hilferding, ou mesmo dos economistas soviéticos, embora centrados sobre a discussão dos problemas da construção da economia socialista. Havia em relação a eles qualquer conhecimento?*

**R:** Julgo que nesta fase não havia, porque era uma fase, digamos, de aprendizagem. O importante era captar o pensamento medular da teoria económica marxista e, para isso, ia-se beber aos clássicos. O que caísse sob os olhos era adquirido sofregamente por essa minoria de intelectuais. Mas não se procurava deliberadamente Bukárine, Rosa Luxemburgo. O que se procurava era Marx, Engels, Lenine. Ao nível sociológico geral, o interesse ia para autores franceses. Lembro-me ainda de *Fontanara*, de Inácio Silone, um romance realista traduzido para português. Era uma crítica à sociedade fascista italiana e uma análise da situação da vida dos camponeses.

No plano da teoria económica recordo ainda as traduções francesas dos manuais de Segul e de Lapidus; mais tarde (no fim da Segunda Guerra Mundial) traduções brasileiras ou ainda o manual de G. Politzer.

**P:** *Quando se chega aos anos 50 e à primeira metade dos anos 60 parece haver um relativo enfraquecimento da corrente marxista no campo da produção teórica. Será assim? Como se poderá explicar este fenómeno?*

**R:** Essa pergunta leva-me a reflectir sob a questão e julgo que ela é válida. A explicação pessoal e imediata que dou, é que para isso contribuiu o esmagamento das revistas que se reivindicavam do pensamento marxista, devido ao António Ferro, em 1940. Depois disso, era muito difícil. Claro que foi possível, por exemplo, lançar a *Vértice* (a partir do n.º 4). Até aí não tinha qualquer posição

política clara e a gente de Coimbra conseguiu lançar-lhe a mão. Foi uma lança em África, quando se soube que ia ser lançada a revista *Vértice*. Foi também possível aproveitar, não podemos esquecer isso, uma certa reorientação da *Seara Nova*, com uma diversificação de orientações filosófico-ideológicas, afirmando-se então uma certa preponderância da orientação marxista. Globalmente, pode-se dizer que uma temática autónoma de pensamento, quer filosófico quer económico marxista, decaiu no nosso país em relação aos anos 30 e 40. Por que é que terá sucedido isso? Permitam-me que eu introduza aqui uma outra reflexão puramente pessoal, de cuja veracidade tenho muitas dúvidas, mas que é a única que imediatamente me ocorre. Talvez, o entrecruzamento de duas ordens de circunstâncias. Uma, a necessidade política de criar um certo frentismo antifascista e de atrair forças não marxistas a este campo, esforço em que o PCP teve um lugar primordial. Julgo que isso contribuiu para diluir em certa medida a afirmação do pensamento marxista, quer dizer, criou um certo ambiente nesse sentido.

Combinado com isto talvez tenha tido também influência, no plano internacional, o clima de guerra-fria, facilitando a repressão selectiva e impedindo uma afirmação autónoma do pensamento marxista.

Nos meados dos anos 60 dá-se outro fenómeno que é importante lembrar: um certo papel de intelectuais na emigração que fugiram à chamada para a guerra, desenvolvendo o pensamento *soi-disant* esquerdista. Este pensamento surge com uma capa superficial de marxismo e como elemento provocador relativamente ao *status quo*, mas não como uma afirmação ideológica, política e filosófica coerente.

**P:** *Temas económicos e mesmo filosóficos, como já nos disse, dominam os primeiros escritos, depois a História Económica e nos últimos anos tem-se dedicado com particular interesse às questões de epistemologia. Como explica este seu percurso tematicamente diferenciado?*

**R:** Julgo que se explica por razões simultaneamente endógenas à actividade intelectual e exógenas, na medida em que são determinadas pelo meio social e pelas condições de existência. Talvez o seu entrecruzamento, se fosse possível destrinçar estas duas linhas mestras, mas elas combinam-se inexoravelmente.

Há uma primeira fase que, como disse, é dominada pela economia aplicada, ainda mal guiada por uma fundamentação teórica que vim procurando obter ao longo desses anos. Depois há também algumas análises de tipo teórico-económico já guiadas pela bagagem adquirida ao longo dos primeiros dez ou quinze anos daquela fase, que vai desde o fim dos anos 30 até ao começo dos anos 50. Nunca abandonei nem a economia aplicada nem a economia teórica. Simplesmente, há uma fase em que a estas duas dimensões se junta a história económica. Porquê a história económica? Por um lado, porque o marxismo pensa os sistemas económicos em termos históricos — a historicidade dos sistemas económicos é uma das linhas mestras do seu pensamento teórico — e, por outro lado, pela necessidade surgida numa determinada fase da minha investigação de conhecer o sistema económico português.

Debrucei-me sobre o século XIX, mas a certa altura, para entender o próprio século XIX tive de vir cá para trás, ao processo de transformação do sistema com modo de produção feudal dominante, num sistema com modo de produção capitalista dominante. Pensei primeiro fazer um estudo singelo sobre o último século anterior a meados do século XIX, mas vi que tinha de escavar mais fundo e então enveredei justamente pelo estudo da história económica medieval, que me ocupou bastantes anos. Houve também uma circunstância de ordem social. É que neste período dos anos 50 (o 1.º volume da *Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV* foi publicado em 64), a repressão era bastante violenta, as condições políticas difíceis, e julgo que era mais claro afirmar a especificidade da teorização marxista nas condições concretas daqueles primeiros anos do nosso país em termos de teoria económico-histórica do que em termos de teoria económica abstracta. A combinação do seu interesse teórico e prático, com as próprias circunstâncias dominantes nesses anos, foi o que me levou a esse grande esforço. Será difícil dizer qual terá sido predominante, mas julgo que a principal linha que me determinou foi compreender que sem um estudo sério da estrutura económica da sociedade portuguesa e, em geral, da teoria económica e histórica, não seria possível compreender a contemporaneidade.

A isso junta-se o facto de cada vez me convencer mais que as condições dominantes estavam muito longe de resistirem a uma crítica teórica. Recordo, por exemplo, que se considerava que o problema do feudalismo tinha sido resolvido por Herculano, com as contribuições posteriores de Paulo Merêa. Lembro-me de quando saiu o 1.º volume da *Evolução*, em que eu dizia que iria procurar demonstrar que o modo de produção feudal tinha existido em Portugal, houve um crítico num jornal da então Lourenço Marques que disse: «Isto é que é desfaçatez! Então um indivíduo que é advogado vem

dizer que tudo o que Herculano escreveu, tudo o que Paulo Merêa escreveu, é errado e que ele é que tem razão»... Esse problema não é um problema fundamental mas é um problema tópico das perspectivas de análise. Nem poderíamos compreender a passagem à sociedade moderna contemporânea portuguesa sem uma teorização que fosse até aos caboucos de toda a problemática. E foi isso que eu fiz. Simplesmente, na medida em que se desenvolvia essa teorização, interrogava-me sobre o que estava a fazer em todos os domínios, quer no da economia aplicada quer no da economia teórica, quer da história económica, quer da teoria económico-histórica, porque considero que há uma dimensão sincrónica da economia que é a teoria económica, que tem duas grandes vertentes: a teoria económica aplicada e a fundamental. Mas a aplicada não é inteiramente concretista, é também teoria. É teoria na dupla dimensão de ser uma interpretação de acordo com os parâmetros teóricos e, ao mesmo tempo, ser fecundante em relação ao progresso da teoria económica fundamental. Também no domínio da história o trabalho me levou à conclusão de que há duas disciplinas complementares e interligadas: uma que é a teoria das formações económicas históricas, e outra que é a história económica, que é o paralelo, na dimensão diacrónica, da história da economia aplicada. Analisar a evolução histórica de uma sociedade é aplicar as leis da teoria económica histórica, isto é, as leis de transformação da sociedade histórica, na formação económica, à leitura de uma sociedade concreta. Penso que a história económica é, na dimensão diacrónica, o paralelo da economia aplicada e a teoria económica e histórica é o paralelo na dimensão, também, diacrónica, da teoria económica abstracta. E entre as quatro há evidentemente interligações, porque uma teoria económica abstracta, ou uma economia aplicada sincrónica são na perspectiva, não só cronológica, que é superficial, mas na perspectiva teórica, elementos que vão ser integrados posteriormente na outra disciplina, na medida em que passam a ser elementos que serão integrados na outra disciplina de transformação no tempo das sociedades de sistemas económicos. Essas problemáticas é que me levaram a interrogar-me sobre o que é preciso para fazer trabalho científico, sobre os critérios de triagem entre o científico e o não científico, seja ideológico, seja conhecimento corrente, ou até filosófico e sobre o que seja a construção científica. Isso é que me levou a debruçar-me cada vez mais sobre os problemas da epistemologia, encontrando também aqui hiatos, solução e continuidade e confusões que hoje me parecem confrangedoras e se mantêm não digo tanto ao nível do trabalho português, porque é muito escasso, mas ao nível de uma bibliografia que se está a expandir a nível alucinante na filosofia das ciências no estrangeiro. Julgo que não há que colocar certos problemas que me parece que estão transcendidos por uma análise teórico-disciplinar dos fundamentos do conhecimento científico, quer na sua dimensão estrutural global, quer nas suas estruturas disciplinares, nos seus limites disciplinares. Encontramos mesmo estudos ainda hoje que são, constantemente (é claro que não tenho acesso a toda a bibliografia mundial mas a um ou outro elemento), o repetir de erros, confusões, de anfibologias que me parecem a impossibilidade da consciência reflexiva encontrar, por exemplo, o que é a filosofia das ciências, o que é realmente o conhecimento científico, o que é que ele tem de característico face ao conhecimento corrente. Não encontramos soluções para este tipo de problemas. Julgo que há uma proposta de base teórica, embora apenas esboçada, que exigiria fosse tomada em consideração, em 1º lugar, a sua crítica e, depois, o seu desenvolvimento, constitutivo, que merecia a pena considerar.

**P:** *As referências que fez aos processos de transformação das formações económicas sugerem duas questões particulares:*

- O conceito de modo de produção é um simples auxiliar do pensamento, ou traduz uma realidade objectiva?*
- Qual a relação entre a contradição forças produtivas/relações de produção e a luta de classes?*
- Qual o papel que uma e outra desempenham nos processos de transformação histórica das sociedades?*

**R:** São duas perguntas extremamente interessantes. Quanto á primeira: para mim o materialismo histórico tem sido construído em duas vertentes que não são idênticas. Uma, é uma filosofia geral das ciências sociais, outra é uma teoria social das transformações abstractas, geral, das transformações sociais. Ora, tanto uma como a outra não podem avançar sem o estudo da teorização da base concreta disciplinar, quer da teoria das formações económico-sociais históricas quer da história económico-social. A esse propósito tem-se colocado muito legitimamente o problema do modo de produção, de sistemas económicos. Defendo, tenho escrito mais do que uma vez, que para mim o conceito de modo de produção é um conceito teórico-abstracto,

que nem é específico do materialismo histórico, da concepção filosófica do marxismo. O facto é que foi Marx que carpinteiou o conceito do modo de produção para poder fazer o tratamento científico da história. Mas o conceito de modo de produção encontra-se em qualquer disciplina científica.

Encontra-se nas ciências da natureza, encontra-se nas ciências sociais. O que é que eu entendo por modo de produção? É o sistema abstracto e geral das leis básicas de funcionamento da realidade que se teoriza. Há, portanto, um modo de produção na física nuclear e um modo de produção dos fenómenos físicos, dos fenómenos inorgânicos. Há depois, por exemplo, as leis básicas dos ADN e do ARN que são os ácidos básicos da produção da vida, que são as leis básicas do modo de produção da vida. Há um modo de produção da vida, um modo de produção das sociedades históricas, um modo de produção dos fenómenos físicos. Sendo assim, quando se fala em modo de produção não é preciso ser marxista. A confusão geral que muitos autores ainda têm em relação ao conceito de modo de produção existe, em meu entender, por insuficiência epistemológica e pelo acidente histórico de ter sido Marx a forjar o conceito que podemos chamar modo de produção. Marx é responsável, sim, pelo modo como construiu o conceito axial de base da história. Isto é que é específico de Marx. Agora, o conceito como tal, é um conceito epistemológico, que diz respeito às leis básicas do funcionamento de um sistema disciplinar. E sendo assim, é um conceito extremamente genérico e abstracto, quer dizer, é um conceito *sine qua non* do avanço teórico mas que nos deixa ainda a um nível, teoricamente, ainda bastante pobre. Não podemos trabalhar sem o conceito de modo de produção, mas para avançar temos de o ultrapassar. Descobrir e elaborar o conceito de modo de produção consiste, portanto, em descobrir as leis axiais do funcionamento do sector da realidade que nos esforçamos por teorizar. Podemos chamar-lhe, em vez de modo de produção, *núcleo duro* de uma teoria. Não no sentido do filósofo das ciências Lakatos, para o qual o núcleo duro de uma teoria era o conjunto de princípios indemonstrados dessa teoria; mas, pelo contrário, o conjunto de leis e categorias básicas, mais gerais e abstractas, mas demonstradas na própria construção teórica.

Em relação à contradição entre forças produtivas e relação de produção e a luta de classes, cada vez me convenço mais, à medida que avanço, que a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção é uma contradição imanente à dinâmica da vida social. Existe nas sociedades pré-capitalistas, nas sociedades capitalistas, nas sociedades socialistas e numa eventual sociedade comunista futura, mas há diferença entre uma contradição que é um processo de se afirmar um movimento na realidade objectiva, e neste caso, a realidade objectiva social, e uma contradição antagónica, isto é, quando o desenvolvimento do sistema cria contradições que são insuperáveis dentro do próprio sistema. O sistema socialista tem contradições que se podem agravar, como o que se passa hoje nos países socialistas, mas que não são antagónicas no sentido de frustrarem os próprios elementos do sistema. Ele não se desenvolve de acordo com as potencialidades imensas que tem e, portanto, o que é preciso é tornar as contradições menos contraditórias, se me permitem o pleonismo, ao passo que o capitalismo monopolista dos nossos dias está cheio de contradições antagónicas. Para mim, e falando desta contradição e da luta de classes, a luta de classes é a expressão subjectiva das contradições que estão inscritas na realidade objectiva. Quer isto dizer que a subjectividade histórica ou subjectividade social não é a subjectividade do sujeito individual, isolado, é a subjectividade da confrontação das classes com interesses objectivamente opostos ou até contraditórios. A sua raiz está na realidade objectiva, mas isto não significa que a realidade objectiva se desenvolva independentemente do elemento subjectivo. Há uma inter-relação dialéctica entre ambas. Julgo mesmo que para os teorizadores da vida social e nomeadamente para os historiadores, um dos grandes escolhos é saberem como encontrar a expressão teórica da inter-relação activa e dialéctica entre a expressão subjectiva da dinâmica histórica, isto é, a luta de classes antes de mais nada, e a contradição entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção. Aliás, a manifestação subjectiva faz-se, na primeira linha, através das lutas de classe e depois através dos seus elementos de institucionalização, partidos políticos, organizações sindicais, etc. Portanto, temos que ver a luta de classes na expressão (que pode ser espontânea e, até, inconsciente) dessa contradição nos sujeitos activos. Mais: as classes dominantes têm sempre ao longo da história uma consciência bem mais nítida das suas posições e dos seus interesses do que, em geral, as classes dominadas. Aliás isso compreende-se, porque se não fosse assim o sistema não se podia manter. Ele não se mantém quando, à contradição agudizada da base objectiva, se junta a expressão das lutas de classes enquanto consciência clarificada de parte das classes dominadas. Então aí, nessa altura, a transformação social é inevitável.

**P:** *Nessa perspectiva como interpreta a afirmação de que «a luta de classes é o motor da história»?*

**R:** A luta de classes é a expressão subjectiva do motor da história. Ela não está suspensa no céu. Resulta das estruturas objectivas da sociedade. É expressão subjectiva dessas estruturas objectivas. É evidente que não podem existir movimentos históricos sem a expressão objectiva, mas também não podem existir sem a expressão subjectiva. Temos que ver a combinação de ambas as dimensões, digamos assim, a objectiva e a subjectiva, do processo histórico, dos processos sociais, e assim poder aprender a sua dinâmica, a sua marcha. Às vezes refere-se que Marx escreveu que a história até aos nossos dias tem sido a história da luta de classes. É daquelas frases que se dizem, mas se fizermos uma leitura atenta de Marx, na sua globalidade, veremos que é um *slogan*, uma afirmação para chamar a atenção para a importância dessa luta subjectiva. O facto de ela existir é sinal que já existem condições objectivas. Mas numa interpretação teórica os dois elementos são indissociáveis, porque a verdade é esta: pode haver contradições entre as forças objectivas materiais e as relações sociais de produção sem haver uma revolução, mas quando os dois elementos sociais se harmonizam há uma revolução. Mas também pode haver uma certa consciência política sem haver condições objectivas e então não há revolução.

**P:** *Voltemos um pouco atrás. Entre os seus primeiros escritos figuram trabalhos quer de economia teórica quer de economia aplicada. Quais as condições que nos anos 30 e 40 o conduziram por estes dois percursos?*

**R:** O primeiro resultou da necessidade de intervir armado com a teoria económica marxista face ao monopólio universitário, académico (e não posso dizer dos meios de comunicação porque neles praticamente não se fazia análise) da teoria marginalista e neomarginalista na interpretação da teoria económica; tratava-se de chamar a atenção para a alternativa marxista e para os principais pontos das críticas às concepções dominantes dessa época. Tanto essa intervenção como outras que, porventura, esporadicamente fiz, eram guiadas pelo marxismo, como aconteceu a propósito da chamada lei de rendimentos decrescentes da terra. Praticamente não havia nenhum analista marxista, e por isso entendi que era indispensável chamar a atenção para a alternativa teórica através de aspectos e categorias económicas bem claras e demarcantes.

Quando ao segundo percurso, tudo é mais complicado. Resultou das seguintes circunstâncias: depois de 1943 estive a trabalhar na Faculdade de Direito de Coimbra com uma bolsa do Instituto de Alta Cultura, que era absolutamente insuficiente para viver. Por outro lado, não fui nomeado assistente, embora tivesse média para isso, e não tinha bases de subsistência. Desta maneira vim trabalhar para o Porto e só tinha uma solução profissional, que era advogar. Advogar nas condições trágicas que era ter sempre o mínimo de trabalho possível para poder continuar as minhas investigações. Às vezes descia abaixo desse mínimo e tinha problemas de subsistência económica. Isto foi assim mais de trinta anos. Às vezes não tinha dinheiro para pagar a renda da casa. Quando tinha mais um bocado que fazer vivia amargurado, porque não tinha tempo para os meus trabalhos. Nessa altura aposentou-se o professor Ezequiel de Campos, que era professor de Economia na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e eu resolvi concorrer ao lugar de professor extraordinário, com concurso de provas públicas. Apresentei o meu requerimento. O então director da Faculdade de Engenharia indeferiu-o dizendo que aquele era um concurso que se reportava a uma situação que existia, salvo erro, há 20 anos. Eu não provava que há 20 anos já fosse licenciado. Reclamei para o então ministro de Educação, Mário Figueiredo, e fui admitido a concurso. Nessa altura, por volta de 49, além da actividade profissional, andava na luta política. Era o pior período da luta legal, era o período da candidatura de Norton de Matos. Ao mesmo tempo, tinha de fazer uma tese e resolvi escolher um tema, que foi a agricultura nacional.

Reconheço hoje que esse trabalho tem várias limitações, entre as quais as resultantes das condições precárias em que foi feito, sem contacto nenhum com orientações universitárias, elaborado metade no escritório de advocacia, metade em casa. Daí, talvez, uma ou outra leitura ainda simplista, como por exemplo a respeitante à importância da grande propriedade agrícola capitalista, não chamando a atenção para o significado histórico concreto da pequena propriedade agrícola.



**P:** *Hoje, a uma distância de quatro décadas da publicação da Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (depois republicado com o título A Revolução Industrial em Portugal), considera ainda adequado o conceito de revolução industrial para pensar as transformações do Portugal oitocentista?*

**R:** Esse livro foi o primeiro trabalho que elaborei de acordo com aquela orientação que já referi (a de penetrar na vida económica e social portuguesa a partir da minha contemporaneidade de então (1946-1947). Foi essa análise que me conduziu ao estudo do século XIX. Quanto ao seu conteúdo, é evidente que tem limitações.

(Gostaria de recordar que em 1979 a redacção da revista *História & Ideias* me pediu que elaborasse uma resposta a uma crítica de Manuel Vilaverde Cabral, então na imigração. Retorqui que nunca respondia aos críticos. Ao contrário, procurava aproveitar, digerir e utilizar no futuro aquilo que considerasse útil.)

Quando à sua validade é evidente que há muitos aspectos que têm de ser completados, rectificados, mas julgo que, nas suas linhas globais, permanece válido.

O conceito de revolução industrial é para mim apenas um conceito. Não se trata de aplicar o paradigma da revolução industrial inglesa aos outros países. Para mim a revolução industrial é a transformação possível das forças produtivas e das relações sociais de produção, no quadro estrito de uma sociedade histórica concreta. Ora, num quadro estrito, embora com capitalismo retardado e uma industrialização incipiente, limitada (cito exemplos no próprio livro), se considerarmos como critério aquelas transformações é que poderemos falar em revolução industrial, embora isso não seja seguir um paradigma inglês ou dos outros países centrais europeus, mas sim caracterizar uma revolução industrial enquanto transformação das estruturas das forças produtivas e até combinada com as relações sociais de produção, no quadro de uma economia atrasada como a portuguesa.

**P:** *Julgamos ver na sua Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV uma contribuição teórica fundamental: a formulação das leis funcionais e históricas do modo de produção feudal. Que saibamos, o seu trabalho foi pioneiro nesse domínio. Só mais tarde surgiram outros como os de Kula e Guy Bois. Será assim?*

**R:** Foi com esse objectivo que trabalhei na obra e julgo mesmo que nem em Kula nem em Guy Bois se encontra uma caracterização teórica abstracta das leis de funcionamento do sistema feudal. É claro que o caso português é um caso concreto, particularizado, com as suas especificidades históricas, mas ilustra na sua concreticidade algumas das grandes leis gerais que são as leis básicas do funcionamento do sistema feudal. Por exemplo, encontramos em Dobb e na controvérsia entre Takahashi, Dobb e Sweezy discussões sobre o modo de produção feudal (servidão da gleba como característica fundamental, etc). As minhas conclusões são diferentes. Entendo que pode existir sistema feudal sem servidão da gleba, o que importa é que haja um monopólio dos principais meios de produção fixos pela classe dominante, acompanhados da posse individual do produtor directo de outros instrumentos. Isto é característico de uma certa época de desenvolvimento das forças produtivas, e as relações de produção correspondentes a isso são feudais. Enunciei, pois, como primeira lei típica e mais geral do sistema feudal a lei da propriedade individual pela classe dominante dos principais instrumentos fixos — terra, forças naturais, inclusive o vento e as águas. Referi até como na Idade Média, quando se faziam contratos de enfiteuse, se incluía às vezes «sessegas», que eram sítios onde se podia montar moinhos — quer dizer, transmitia-se a própria energia no estado puro. Trata-se de uma contribuição que é preciso criticar, como todas, mas que, infelizmente para mim, ainda não tem grandes críticas. Aliás, permitam-me acrescentar, introduzi nessa obra contribuições que são «excrecências»: uma, é uma filosofia geral das ciências, não se trata de um trabalho disciplinar, mas de uma análise numa perspectiva marxista da filosofia das ciências. Outra, é uma teorização metodológica geral para as ciências sociais, em particular para a História. Outra, ainda, é um esforço de entrecruzamento entre a estrutura económica e as diversas manifestações da consciência social medieva, para mostrar que não caí no economicismo puro e simples. Procurei ilustrar isso através de diversas manifestações da consciência colectiva desde a ética à literatura, passando pela filosofia, música, etc, que se inter-relacionavam com as próprias estruturas económicas e, em certa medida, as influenciavam. Cito até um exemplo concreto da influência da ideologia sobre a economia, que já havia aliás sido referido por Luís da Cunha na primeira metade do século XVIII, e do grande número de dias santos na sociedade portuguesa medieva, até ao liberalismo, dias em que não se podia trabalhar e que somavam uma quantidade fantástica, redutora do próprio potencial económico global do País.

**P:** *A economia que estava subjacente ao sistema das sesmarias no Brasil poderia ser considerado como economia feudal?*

**R:** Julgo que, nesse caso, o problema é mais complexo porque se inter-relacionam estruturas feudais com estruturas do capitalismo mercantil e temos de fazer um estudo sistemático para saber quais são as dominantes nesse contexto. Dominantes, não na análise unívoca e isolada de cada uma dessas relações, através dos sujeitos históricos concretos, por exemplo, os senhores dos engenhos que tinham um grande capital, mas no sentido de saber se, globalmente, isso gerava uma acumulação capitalista utilizada pela classe capitalista, ou em que medida grande parte se escoava para uma classe senhorial, não burguesa, que, por seu turno, utilizava isso para reforçar o seu domínio e a dominância do sistema na sociedade como um todo. É uma questão sobre a qual ainda não cheguei a conclusões seguras, mas parece-me, nomeadamente através daquilo que estou a estudar agora — a classe senhorial portuguesa dos séculos XVI, XVII — que esta, pela via do mecanismo do poder político da monarquia absoluta, conseguia chamar a si, tanto directa como indirectamente, boa parte dos lucros dessas actividades. Não por os fidalgos serem mercadores, pois não eram mercadores profissionais no sentido de exercerem permanentemente o comércio, mas por lhe serem dadas certas regalias como a de dirigir uma expedição marítima comercial e chamar a si os respectivos lucros. Grande parte dos lucros comerciais que a Coroa chamava a si, não só directamente, por comércio de produtos exóticos fundamentais, mas também pelas sisas e direitos alfandegários, etc, que cobrava, ia para a classe senhorial, alto clero e fidalguia, sobretudo a grande fidalguia. No século XVI a Coroa despendia, só em moradias, um terço das receitas ordinárias do Estado, e ainda mais do que isso em tenças, dadas a toda a fidalguia.

**P:** *Passando a uma outra obra sua mais recente, dos anos 70, Desenvolvimento Económico ou Estagnação?, parece-lhe que o conceito de Capitalismo Monopolista de Estado (CME) continua adequado a pensar a realidade portuguesa contemporânea?*

**R:** O conceito é muito controverso. Encontramos autores, Samir Amin, Poulantzas e outros, que «desancam» o conceito. Há autores marxistas que o aceitam, por exemplo, Boccara. Entendo que o conceito de CME é fundamentalmente um conceito válido ao nível da estrutura teórica como um elemento de subestruturação. E também como elemento metodológico. Com o desenvolvimento da crise estrutural do capitalismo contemporâneo tem-se desenvolvido também o apoio do Estado às grandes finalidades do grande capital monopolista nacional e transnacional. Ora, o conceito de CME não aponta para um sistema económico diferente. Além de continuar a ser um sistema capitalista regido pelas leis fundamentais da produção da mais-valia, há mesmo certas leis subestruturais do sistema como um todo, que não são menos importantes do que o papel fundamental que o Estado tem no apoio e na direcção dos objectivos estratégico-económicos dos grandes monopólios. Mas não há dúvida que há um crescimento do apoio do Estado ao grande capital monopolista, nomeadamente ao nível transnacional, incluindo ao nível de políticas estrangeiras. Esse apoio sempre existiu, mesmo no sistema liberal. O Estado nunca foi neutro. Essa ideia do Estado polícia é uma ideia peregrina puramente ideológica; mesmo no século XIX, a acumulação, o desenvolvimento industrial, nomeadamente em Portugal, fez-se com o apoio do Estado. Dadas as limitações do sistema económico português, as grandes dívidas interna e externa do Estado funcionaram como ajuda à acumulação capitalista, porque não existiam vias de investimento e as poucas que haviam estavam, na maior parte, nas mãos do capital estrangeiro. Em conclusão, falar de Capitalismo Monopolista de Estado significa dizer que quando a estrutura empresarial monopolista adquiriu uma dimensão gigantesca, a identificação entre esta e o papel do Estado atingiu, igualmente, uma dimensão gigantesca.

Não é só o caso dos Estados Unidos, em que os membros do governo passam para os conselhos de administração e vice-versa. É na política global de todo o mundo capitalista. Metodologicamente tem interesse sob o ponto de vista da construção teórica. Julgo que é um conceito subestrutural, isto é, não define a estrutura da crise geral do capitalismo, muito menos o sistema capitalista, mas define uma etapa do capitalismo monopolista em crise geral e estrutural. Nessa perspectiva, ao que se passou em Portugal talvez fosse mais legítimo chamar Capitalismo de Estado Monopolista e não Capitalismo Monopolista de Estado. O capitalismo português marchou desde o fim da Segunda Guerra para um estado de alto desenvolvimento monopolista, em que alguns poucos grandes grupos bancário-industriais e bancário-agrírios-financeiros dominavam a economia do País: CUF, Espírito Santo, Banco Português do Atlântico, Champalimaud, entre outros. Às vezes era um grupo industrial que adquiria uma base bancária, outras vezes era um banco que

se estendia aos sectores industriais. Mas isto foi feito numa dimensão que está muito para além da estrutura económica geral do sistema português. Como é que isso foi possível? Pela identificação da política do Estado com os interesses dos grupos monopolistas. Criou-se um capitalismo monopolista com uma certa vida artificial, na medida em que foi fomentado pela própria política do Estado.

Um capitalismo monopolista, pois, que não é de Estado no sentido do Capitalismo Monopolista do Estado existente no mundo capitalista, na medida em que não resultou do jogo das forças espontâneas do sistema, embora apoiadas largamente pelo Estado, mas que resultou de uma acção política directa e imediata que criou condições para que unidades económicas relativamente débeis no contexto mundial, e até no contexto económico português, viessem a assumir essas posições monopolistas. Podemos aplicar a designação geral de Capitalismo Monopolista de Estado ainda que seja preferível chamar Capitalismo de Estado Monopolista, embora a estrutura global tenha semelhanças com a dos países capitalistas monopolistas de Estado — e foi isso, precisamente, que a Revolução dos Cravos atacou.

**P:** *Em meados dos anos 60 produzem-se as primeiras análises sistemáticas do processo de constituição dos grupos monopolistas em Portugal. Lembramo-nos, em particular, do Rumo à Vitória, de Álvaro Cunhal, e dos materiais saídos do VI Congresso do PCP em 1965. Até que ponto pensou que a sua investigação tinha contribuído para essas análises?*

**R:** Eu tenho uns trabalhos dispersos e não sei se responsáveis do Partido os consultaram. Não posso, pois, dizer nada a esse respeito. É muito possível que independentemente das análises de um sujeito isolado outras análises do colectivo do PCP tenham levado a conclusões idênticas, semelhantes ou diferentes.

**P:** *Se há um certo consenso sobre a adequação do conceito de CME para caracterizar a economia portuguesa do período que medeia entre a Segunda Guerra Mundial e o 25 de Abril, o mesmo não existe em relação ao período anterior. Poderíamos caracterizar este último como de Capitalismo Financeiro?*

**R:** Não diria que seria um capitalismo financeiro. Há um entrecruzar de correntes diversas, por exemplo correntes das grandes estruturas agrárias, correntes de defesa de posições bancárias, correntes de protecção a certos desenvolvimentos de grandes unidades industriais e a própria política do condicionamento industrial que foi um instrumento político poderosíssimo. Esse período talvez não fosse ainda um Capitalismo de Estado Monopolista, mas um Capitalismo de Estado «para o monopolismo», criando as condições para isso.

**P:** *Como avalia as contribuições teóricas de marxistas ocidentais como Sweezy, Dobb e, mais recentemente, Boccara?*

**R:** Julgo que é inegável a contribuição desses economistas. Isto não quer dizer que esteja de acordo com todas as suas concepções. Alguns, que se colocam: numa perspectiva que podemos chamar heterodoxa (Sweezy, Baran e outros) têm estudos que são estimulantes, quer por chamarem a atenção para problemáticas novas quer por procurarem reler certas teses marxistas à luz da realidade dos nossos dias. Isto porque compreendo que o marxismo não é um dogma, porque Marx não era um deus, era um ser humano (um ser extraordinário, um génio) e, por outro lado porque a própria realidade se transforma. Saber discernir o que foi a passagem do capitalismo concorrencial, sobre o qual Marx teorizou, para o capitalismo monopolista é saber distinguir as leis básicas que Marx formulou, e que continuam válidas e as novas leis. Saber qual a modificação da concretização da; grandes leis gerais que Marx formulou (a lei tendencial da queda da taxa de lucro tal como Marx formulou continua válida hoje no capitalismo mas não se concretizava da mesma maneira que se concretiza no capitalismo concorrencial).

O que se diz da economia é válido para o conjunto das concepções marxistas sociológicas, históricas, filosóficas, etc. A nível filosófico, devido a não ter acesso à língua russa e às outras línguas da União Soviética, não conheço os trabalhos dos especialistas soviéticos. Apenas conheci um ou outro, publicado na *Revista de Ciências Sociais*. No último número desta revista encontrei um artigo filosófico que muito me agradou porque há anos estive na União Soviética e em conversa com dois

professores de filosofia na Universidade de Moscovo fiz as minhas críticas às concepções de Tomas Kuhn e não fui talvez bem compreendido. Eles entusiasmavam-se com o aspecto social da leitura de Kuhn. Esse é um aspecto positivo, mas há um muito negativo que é o subjectivismo relativista de Kuhn. Ora, nesse artigo já encontrei uma crítica, embora de passagem, a este subjectivismo. Julgo que há condições para avançar ainda mais. Por exemplo, a própria releitura teórica da filosofia marxista do conhecimento é uma coisa que já é possível.

**P:** *Como avalia a obra de Althusser no contexto do desenvolvimento da teoria marxista?*

**R:** No aspecto histórico considero extremamente relevante a contribuição de Althusser na medida em que foi uma «pedrada no charco» num pensamento algo adormecido, levantando questões estimulantes. Tinha-se caído no «ramerrão dogmático». Isto é uma coisa. Outra coisa é a apreciação da contribuição filosófica de Althusser, quer globalmente quer em alguns pontos concretos. Há sempre que distinguir duas dimensões: uma é o significado histórico no desenvolvimento do pensamento e outra é a sua validade estrutural própria. É como acontece, por exemplo, com o empirismo. Eu critico o empirismo, mas historicamente desempenhou um papel fecundo na crítica ao pensamento escolástico, especulativo, etc. O próprio positivismo comteano também desempenhou uma função histórica.

Quando ao Althusser, o seu anti-humanismo e o seu anti-historicismo sistemático, foram muito importantes. Não quer dizer que eu concorde com todas as suas concepções, nomeadamente com o seu anti-humanismo, que para mim não é a mesma coisa que niilismo anti-humanista. Há que distinguir exactamente a validade da crítica de Althusser quando se dirige a um certo humanismo especulativo, abstracto, que punha o homem não definido historicamente no centro da inquietação intelectual e mesmo sentimental, e um verdadeiro humanismo. Portanto, crítica ao humanismo especulativo, sim, mas não negação de um humanismo marxista, que é um humanismo do indivíduo situado na luta de classes.

Em relação ao historicismo sistemático, que perde a dimensão da própria realidade, é criticável. Isso não quer dizer que lancemos pela borda fora a perspectiva diacrónica do processo de transformação humana. Por exemplo, a distinção entre o Marx marxista e o Marx pré-marxista dos anos 40, tem elementos que não são facilmente aceitáveis. É evidente que Marx, como qualquer ser humano, evoluiu intelectualmente mas daí a dizer que há um corte radical entre o Marx dos anos 40 e o do período posterior parece um bocado ousado.

Outro conceito que também me parece criticável é o da *prática teórica*, mas isso não quer dizer que não seja estimulante. Por exemplo o problema de saber se as ciências fazem parte das forças produtivas materiais ou não, é um problema diferente de absorver dois conceitos distintos como o da actividade sobre a realidade objectiva concreta e o da actividade mental do indivíduo, que é um conceito de prática teórica. É um conceito gramaticalmente bastante sugestivo mas julgo que não será conveniente utilizá-lo muito.

Portanto, sintetizando, Althusser nos anos 60 veio realmente «bouleverser» e transformar a apagada estagnação em que se vivia. Tem contribuições que são úteis e positivas e tem outras que julgo não o são.

**P:** *A obra de I. Wallerstein tem tido considerável impacto no ensino e na investigação da história económica e social. A sua contribuição fundamental parece estar na substituição de uma análise centrada no Estado-nação para uma outra centrada nas economias-mundo.*

*Qual a sua opinião sobre esta contribuição teórica, considerando que ela expressamente se reivindica de influência marxista?*

**R:** No conteúdo da pergunta já está parte do que penso a esse respeito. Julgo que um aspecto positivo de Wallerstein foi combater o europocentrismo, o centrismo do mundo ocidental, a Europa-Estados Unidos, chamar a atenção para o facto do sistema mundial ser uma realidade, de existirem inter-relações globais mesmo antes do período moderno. Antes do século XVI há inter-relações a nível mundial que têm de ser estudadas nessa perspectiva e julgo até que isso tem um interesse muito especial para os estudiosos do nosso país na medida em que tem predominado uma tendência «Portugal centrista», se me permitem a expressão, fazendo a apreciação da história de Portugal em função exclusivamente da posição portuguesa do mundo.

Quando se fala na expansão ultramarina portuguesa não se pode perder de vista que ela não era possível sem os condicionalismos da economia e da sociedade europeia no seu conjunto, a

retomada da expansão europeia a partir do século XV e a existência de mercados para os produtos exóticos. Os portugueses iam buscar os produtos não para os consumir mas para os vender nos mercados europeus. Desde o açúcar, em que já se calculou que o consumo interno pouco excederia 5% da produção brasileira (vendia-se até nas farmácias como medicamento) até os produtos do Oriente, especiarias e drogas. Assim, é o desenvolvimento económico da Europa que torna possível a expansão económica portuguesa. A análise dessas interligações do modo como o império português entra em crise e se desmorona no Oriente não se pode também fazer à margem da leitura económica global. Também não se pode fazer uma leitura das relações Portugal-Brasil à margem do sistema mundial, nomeadamente do desenvolvimento das Antilhas.

Portanto, quando Wallerstein coloca os problemas nesta base julgo que chama a atenção para um aspecto que é muito importante. Quererá isto dizer que eu partilharia das posições globais de Wallerstein? Não. Quer dizer que há uma contribuição positiva e uma perspectiva histórica que me parece relevante, em particular para a nossa realidade. — Portugal e países com os quais manteve relações durante séculos. E até para a nossa leitura da história mundial que é feita à base da Europa Ocidental, sobretudo da França, que é o país que mais influência tem tido na nossa historiografia.

**P:** *O que é que pensa sobre o conceito de semiperiferia? Será um conceito que ajuda na análise do caso português?*

**R:** É um dos conceitos em que não adiro à concepção de Wallerstein. Julgo que é um conceito simplificador. Quando muito pode ser metodologicamente coadjuvante, numa perspectiva icónica, propriamente imagética, mas que não corresponde realmente a um conteúdo teórico rico, tanto na concepção de Wallerstein como na de outros autores, designadamente economistas. O problema de centro e periferia é uma geometrização de uma aparência que pode ser perfeitamente provisória. Por exemplo a URSS no seu desenvolvimento histórico passou da periferia para o centro. O conceito de semiperiferia procura chamar a atenção para um tipo de situações que são reais, mas cuja teorização pode meter no mesmo saco realidades muito diferentes como a economia brasileira, a economia portuguesa, a economia da Taiwan, a economia da Coreia do Sul; que tais realidades sejam susceptíveis de teorização ao mesmo nível global, mesmo que numa primeira fase global, tenho as minhas dúvidas. Também em relação a Portugal, Espanha, Argentina, julgo que é preciso tornar mais finas essas primeiras aproximações, muito genéricas, para poderem ter uma validade teórica aceitável.

**P:** *Passaríamos agora a uma questão de grande actualidade. Como tem acompanhado as transformações em curso na sociedade soviética?*

**R:** Não li ainda o livro de Gorbachov, *Perestroika*, mas tenho lido várias das suas intervenções quer no Comité Central quer em outros momentos a propósito da *perestroika*. Já fui algumas vezes à União Soviética. A última foi há já alguns anos. O que penso do problema da reestruturação e da *glasnost*, a transparência, já tive ocasião até de o escrever há poucas semanas no *diário* num artigo a propósito do septuagésimo aniversário da Revolução de Outubro. Não há dúvida que se tinham acumulado certo número de factores negativos na sociedade socialista. Isso não pode surpreender porque certa não adequação há sempre. O problema que se põe é o do grau dessa não adequação. O socialismo tem potencialidades imensas que se estavam a perder em escala crescente em relação ao funcionamento efectivo da sociedade socialista. O problema da *perestroika* (já um autor escreveu que se trata de uma reestruturação revolucionária). Trata-se do teste histórico para verificar em que medida o socialismo é capaz de se desenvolver de acordo com as condições objectivas das forças produtivas materiais. É uma revolução tão fundamental como, dentro de uma perspectiva histórica, a própria Revolução de Outubro. E o socialismo capaz de se actualizar e de aproveitar as suas próprias possibilidades, ou não? Sigo este processo com o maior interesse e compreendo a luta dos soviéticos na reestruturação.

Ao contrário do que dizem os críticos ideológicos do Ocidente não se trata de qualquer falência, trata-se pelo contrário de afirmar as potencialidades de desenvolvimento do sistema socialista. Numa fase inicial, caracterizada pelo cerco imperialista quase total, não era assim. Hoje há um sistema capitalista mas também há um sistema socialista mundial formado após a Segunda Guerra Mundial. Existe, hoje, além disso, um conjunto de países que estiveram sob o colonialismo, tudo

favorável ao progresso; mas há o problema de desarmar os dentes agressivos do imperialismo através da mesa de negociações para pôr fim à corrida louca aos armamentos. Existiu um certo adormecimento burocrático na União Soviética, que se pode tornar num peso morto muito grande; cresceu o dogmatismo na apreciação das situações e uma certa perda da iniciativa criadora individual, em função desse burocratismo.

É tudo isso que os soviéticos estão a combater. Sabemos que nos começos dos anos 80 o sistema socialista perdeu o *élan* na actividade económica, as taxas de crescimento diminuíram. Isso não é uma crise como as do capitalismo, não existe sobreprodução. O problema é a quebra de taxa de crescimento que vinha dos anos 70 e, o que não é menos grave, uma quebra por desaproveitamento das imensas potencialidades do sistema. É tudo isso que os soviéticos têm de reformular. No plano ideológico a luta contra esse burocratismo, contra esse adormecimento da rotina, é uma luta difícil que eles têm de travar.

**P:** *Durante anos a vulgata marxista postulou que no socialismo a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção deixaria de existir, ou que as relações de produção estimulariam o desenvolvimento harmónico das forças produtivas. Ora, analisando o processo em curso na União Soviética, parece que se está a assistir a uma manifestação desta contradição. Será assim?*

**R:** Estou totalmente de acordo. Esse pensamento «marxista» é um pensamento antimarxista, porque toda a realidade dialeticamente se desenvolve através de contradições. Não é possível que a sociedade socialista e qualquer outra sociedade futura se desenvolva sem contradições, senão pára e morre. O problema que se põe é o da iniciativa, porque no sistema socialista a resolução das contradições não pode ser deixada ao jogo cego das leis económicas espontâneas. Na sociedade socialista o problema é exactamente esse. Como é que se vai implementar a intervenção consciente, dirigida, do homem no sistema tendo em vista reduzir as margens da contradição? Não digo suprimir, porque julgo que isso não é possível, mas suprimir aquelas que são mais agudas e notórias e portanto caminhar no sentido de ir suprimindo sempre, apesar de elas tenderem até a acumular-se periodicamente.

Poderá até ser uma lição nesse sentido, uma vigilância no sistema autodirigido para evitar que se perca muito na acumulação de contradições (que não são antagónicas, radicais, insolúveis dentro do sistema).

**P:** *Neste momento, a linguagem utilizada pelos responsáveis soviéticos inclui a referência a uma oposição, no interior da sociedade socialista, entre forças conservadoras e forças do progresso.*

*Será isto o retomar das teses, esquerdistas, em voga nos anos 60, que afirmavam a existência nas sociedades socialistas de uma oposição entre uma casta ou classe dominante, identificada com uma burocracia do Estado e do Partido, e as classes trabalhadoras de um modo geral?*

**R:** Julgo que no sentido básico, fundamental, de classes, isto é, no sector social que tem a propriedade dos meios de produção, que os utiliza para explorar o sobretrabalho de outra classe, isso não existe na União Soviética. Agora, existem camadas sociais, existem camadas intelectuais, com certas características específicas sociais, mentais, num enquadramento de funções sociais, existem trabalhadores da indústria, existem camponeses. O facto de poderem surgir contradições entre elas não quer dizer que sejam contradições antagónicas, como são as contradições entre as classes que ocupam os polos opostos estratégicos nas relações de produção. É claro que não podemos fazer a leitura do capitalismo desta forma simplista, não há duas classes. Há classes e camadas intermédias, há situações em que existe não só a posição objectiva nas relações de produção mas, também, condições ideológicas e outras, criadas pelas mais variadas circunstâncias. É o caso dos técnicos altamente qualificados no capitalismo que se auto-iludem com a sua posição no sistema. Julgo que o que se está a passar na União Soviética com a *perestroika* e a *glasnost* é a afirmação de que não existem classes antagónicas. Não se pode aceitar certa argumentação, mesmo do ponto de vista dito esquerdista, que os funcionários do aparelho do Partido são uma classe social dominante. Eles não controlam os meios de produção directamente. Controlam as orientações da planificação. Nem se apropriam do excedente, embora entre esse burocratismo haja indivíduos que procurem obter vantagens pessoais. Mas isso não é expressão de um grupo social, nem implica a existência de classes e de relações antagónicas.

**P:** *Uma última questão: como conciliou ao longo da sua vida um trabalho persistente de investigação científica com uma militância social e política activa?*

**R:** Isso criou-me muitas dificuldades. Em primeiro lugar porque até ao 25 de Abril estive proibido de ingressar em qualquer organismo de Estado. Vários antifascistas chegaram a ser funcionários e foram demitidos. A mim nem sequer me permitiram que fosse funcionário público. Em 73, exercia funções docentes no ensino superior particular. De acordo com a lei então vigente, de Marcelo Caetano, estava ao abrigo de prepotências, mas mesmo assim fui demitido ilegalmente. A necessidade de ter de viver de uma profissão liberal foi uma tortura terrível. Para fazer investigação, tinha de ser à minha custa. Para trabalhar na Torre do Tombo tinha "de deslocar-me à minha custa. Nesses anos nem havia serviços de microfilmagem no próprio Arquivo Nacional, de maneira que levava uma máquina fotográfica e uma lâmpada supervoltada para fazer microfilmes, vinha para casa revelá-los, passá-los a formato postal, depois lê-los com uma lente. Nas primeiras vezes ficou tudo mal (porque não tinha experiência técnica nenhuma), tive de voltar mais uns dias a Lisboa. Eram condições extremamente difíceis, mas julgo que, felizmente, já não é assim. Quem se quiser dedicar à investigação está hoje numa situação melhor. A minha experiência foi muito difícil e não haverá muitas pessoas capazes de estar 30 anos sujeitas a esta crucificação socio-intelectual.

A minha qualidade de militante não prejudicou em nada a minha actividade intelectual. Pelo contrário, deu-me o sentido da responsabilidade moral, que isoladamente não teria. Nunca tive da parte do Partido em que milito a menor limitação crítica. Sempre exprimi o meu pensamento com toda a liberdade e ao dar-me o sentido de responsabilidade moral deu-me incentivos que foram importantes para aguentar as dificuldades. Podia olhar o exemplo de outros, que tinham dificuldades de outro tipo, mas com certeza muito maiores. Muitas vezes julga-se que por ter filiação partidária há limitação de liberdade, imposição. Pelo contrário, julgo que é um princípio de afirmação, de libertação da consciência e do sentido de intervenção social; essa militância que vem de há 50 anos deu-me essa lição irrenunciável.